

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Elvira de Fátima Geraldo

## **IDENTIDADE RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Belo Horizonte

2012

Elvira de Fátima Geraldo

## **IDENTIDADE RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação, Relações Étnico- Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. José Eustáquio de Brito

Belo Horizonte

2012

Elvira de Fátima Geraldo

## **IDENTIDADE RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação, Relações Étnico- Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Profº José Eustáquio de Brito

Aprovado em 14 de julho de 2012.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

José Eustáquio de Brito– Faculdade de Educação da UEMG

---

Nome do Convidado – Faculdade de Educação da UFMG

## RESUMO

O presente trabalho foi realizado na Escola Municipal Dora Tomich Laender, que integra a rede de ensino da cidade de Belo Horizonte. Tem como objetivo verificar como a escola contribui no processo de construção da identidade racial nas crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para desenvolver esta pesquisa-intervenção de cunho qualitativo, foram lidos autores como Freire (1987), Munanga (2005), Gomes (2005), entre outros. Constatamos que o ambiente escolar está repleto de práticas racistas e, neste contexto, podemos afirmar que o contexto escolar não promove a construção da identidade racial da criança negra devido à falta de conhecimento e interesse com relação a Lei 10639/03. O plano de ação aplicado na escola foi desenvolvido nos meses de outubro e novembro de 2011, por meio de exibição de filme e atividades reflexivas sobre o continente africano e suas influências em nossa cultura.

**Palavras-chave:** Identidade Racial , Educação, criança, escola.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA.....	8
3. OBJETIVOS .....	10
3.1 Geral .....	10
3.2 Específicos.....	10
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	11
4.1 A construção da identidade.....	11
4.2 As relações raciais no Brasil .....	13
4.3 O Currículo: a luta pela implementação da lei 10639/03.....	15
5. INDICAÇÕES METODOLÓGICAS.....	17
5.1 Caracterização da escola.....	17
5.2 - Estratégias .....	17
5.3 - Resultado do Plano de Ação .....	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	23
8. ANEXOS.....	24

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil não há como ignorar as relações de poder presentes em nossa sociedade e que se estruturam também a partir de critérios como os culturais e raciais. A nossa sociedade possui uma imensa diversidade étnica e cultural, no entanto, vivenciamos um sistema excludente, que desconsidera as identidades diferenciadas, as práticas sociais, políticas e culturais de diferentes grupos étnico-raciais, alimentando, conseqüentemente, as desigualdades sociais.

Historicamente, o Brasil apresenta certa dificuldade em lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial, pois o País evitou o tema por muito tempo, sendo nossa representação marcada por “mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, promovendo uma suposta “democracia racial”. Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam uma violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional, pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem exposta. (PCN/1997).

Atualmente a diversidade e a formação da identidade dos sujeitos são temas de grande aceitação na sociedade contemporânea e tem sido debatido de maneira constante por muitos educadores, que se preocupam em encontrar estratégias pedagógicas eficientes para o trabalho educativo no cotidiano da sala de aula.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo, pois é o espaço em que pode se dá a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença, apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, dando condições para realização de debates e discussões em torno de

questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. (PCN/1997)

Pesquisadores como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes apontam que a naturalização do racismo está presente no imaginário social do brasileiro. A nossa sociedade, impregnada pelo mito da democracia racial, nega o racismo e não considera as desigualdades e as relações assimétricas entre brancos e negros.

Diante dessas constatações, este trabalho tem como objetivo investigar a identidade racial das crianças do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dora Tomich Laender, tendo como referência o estudo do continente africano e a implementação da Lei 10639/03 na escola, identificando as práticas pedagógicas realizadas pelos professores regente. Esse trabalho visou o desenvolvimento de uma ação reflexiva e crítica, que dialogue com diversos saberes para a construção de uma educação anti-racista, capaz de desmistificar o mito da democracia racial e apontar suas mazelas para o enfrentamento das questões raciais no Brasil.

## 2. JUSTIFICATIVA

A escola, como instituição social, é responsável pelo processo de socialização dos sujeitos que a ela recorrem, a exemplo das crianças, e, nesse sentido, é através dela que se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares e, inevitavelmente, de diferentes matrizes culturais. Esse contato entre diferentes poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social.

Com finalidade de possibilitar aos nossos alunos do Ensino Fundamental um conhecimento significativo, foi formulado um Plano de Ação, que diz respeito à construção da identidade racial, considerando que o conhecimento dela faz parte da idéia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas. Referimo-nos à construção pessoal de cada indivíduo, sem distinção ou preconceitos. A começar pelo re-conhecimento do Continente Africano em consonância com a nossa história e seguindo de todas as características físicas, de modos de agir, pensar e da história pessoal de cada um.

Contudo, o projeto corresponde à necessidade educativa voltada para a formação de valores e posturas que contribuam para que os cidadãos valorizem seu pertencimento étnico-racial, tornando-se parceiros de uma nova cultura, da cultura anti-racista, do fortalecimento da dignidade e da promoção da igualdade real de direito, como nos traz as Diretrizes Curriculares para Inclusão da História e Cultura Afro – Brasileira e Africana no sistema de ensino em conformidade com a Lei nº 10.639/03.

As discriminações no interior da escola contrapõem a comum afirmação de que a escola é o lugar da igualdade. A escola, ao mesmo tempo em que é vista como uma via de acesso à cidadania, à capacidade crítica, ao mercado de trabalho, também é considerada como um mecanismo de exclusão social.

Partindo do pressuposto de que a postura racista e preconceituosa no ambiente escolar, diante de um determinado aluno pode ter como consequência o seu fracasso escolar e uma baixa autoestima, é que se coloca a questão desse trabalho: Como a temática em questão (identidade racial) é desenvolvida nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dora Tomich Laender? Qual é o tratamento dado às diferenças culturais e raciais? De que forma a Lei 10.639/03 se efetiva no currículo escolar desta instituição de ensino?

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Geral**

- Verificar como a escola contribui na construção da identidade racial dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dora Tomich Laender a partir das diretrizes da Lei 10639/03.

#### **3.2 Específicos**

- Perceber, no contexto escolar, o tratamento dado com relação às diferenças culturais e raciais.
- Conhecer e valorizar as influências africanas na cultura do Brasil;
- Levar os alunos a conhecerem a sua história de vida apropriando-se de sua identidade étnico racial;
- Romper com a imagem negativa contra os negros e afro-descendentes;

## 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 A construção da identidade

A identidade se constitui em um processo que se organiza na relação que se estabelece com o outro com o qual o indivíduo está em contato; é uma manifestação relacional entre os grupos sociais e que envolve relação de poder. Segundo Cuche,

[...] nem todos os grupos têm o mesmo “poder de identificação”, pois esse poder depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos. Nem todos os grupos têm o poder de nomear e de se nomear. Bourdieu explica no clássico artigo “A identidade e a representação” [1980] que somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmo e dos outros. O conjunto das definições de identidade funciona como um sistema de classificação que fixa as respectivas posições de cada grupo (CUCHE, 2002, p. 186).

Vivemos em constante construção da nossa identidade, pois ela vai além da nacionalidade e das características físicas, esta também é constituída pela nossa forma de pensar e agir diante das situações, perpassando nossa cultura.

A identidade brasileira é híbrida, misturada de diferentes nacionalidades, étnicas e estas muitas vezes são usadas como forma de incluir ou excluir.

A cor da pele e as características fenotípicas acabam operando como referências que associam de forma inseparável raça e condição social, o que leva ao afrodescendentes a introjeção de um julgamento de inferioridade, não somente quanto ao aspecto racial, mas também em relação às condições socioeconômicas, implicando o favorecimento de uma concentração racial de renda, de prestígio social e de poder por parte do grupo dominante. (SOUZA, *apud* FERREIRA, 2004, p. .41).

Os efeitos decorrentes da discriminação racial interferem de maneira negativa na construção da identidade pessoal. A identidade de uma pessoa é construída no decorrer da vida a partir de suas experiências nas relações sociais, no contato com o outro. As experiências vivenciadas na infância e na adolescência sejam no ambiente escolar, na família, as atitudes e o conjunto de informações constituem fatores

importantes na construção de vida de cada pessoa. É nesta etapa de vida que as crianças e adolescentes negros passam pelas experiências mais dolorosas, relacionadas não apenas à pigmentação da pele e ao tipo de cabelo, mas também à sua formação cultural e religiosa.

Segundo Ciampa (1999), a identidade irá se formar por um conjunto de elementos biológicos e sociais do indivíduo e também por uma representação social do grupo ao qual ele pertence, de forma que essa identidade será formada na contradição dialética entre a história individual e a história coletiva. Para o referido autor, um dos primeiros grupos sociais de que o ser humano faz parte é a família: "nosso primeiro nome (prenome) nos diferencia de nossos familiares, enquanto o último (sobrenome) nos iguala a eles. Diferença e igualdade". Essa é a primeira noção de identidade: saber se os indivíduos são iguais ou diferentes em relação ao grupo social do qual fazem parte. É importante fazer uma reflexão sobre a existência objetiva de cada grupo.

Uma criança, ao nascer, pertence à determinada etnia, com características físicas próprias a uma determinada classe social; o conhecimento de si ocorre pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados por seu grupo social, sua história, tradições, crenças e cultura. A sua identidade forma-se pelas relações que irão dar significados às suas experiências, fazendo com que este sujeito identifique-se ou não com o grupo ao qual pertence.

As crianças e adolescentes negros chegam à escola com a difícil tarefa de ter uma vida melhor do que a dos pais. Estes alimentam a esperança de que a escolarização dos filhos resulte em melhoria de qualidade de vida e de nível socioeconômico. No entanto, elas deparam logo com a discriminação racial e o preconceito. O apelido que recebem de "carvão", "macaco", "urubu", "bonitão da bala chita", entre outros. O efeito produzido é o da perda da humanidade, pois a cor da pigmentação da pele é comparada a cores de coisas e seres não-humanos. Para alguns professores isso não passa de brincadeira de criança, mas não é o que as vítimas revelam em pesquisas realizadas por educadores preocupados com essas práticas.

O entendimento dessas questões implica conscientização dos professores para compreenderem que os alunos possuem histórias e experiências diferentes. Um aluno não é igual ao outro. A compreensão e o respeito à diferença é a primeira postura que se deve ter como educador. Vislumbra-se a possibilidade de uma educação plural e ética, com a inserção de discussões e estudos que podem ser desenvolvidas no cotidiano escolar, pela implementação e desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica que perceba as raízes dos processos discriminatórios e oriente a ação coletiva dos educadores na luta contra as opressões e pela transformação social. É indispensável a compreensão da forma como se dão as representações das identidades numa sociedade em que a população no poder é composta por brancos, a identidade branca é vista como “desejável”, como “única”, de força tão grande que não é vista apenas como uma identidade possível, mas como “a identidade”.(SILVA, 2000).

Sob esse aspecto, é preciso educar para a liberdade e para a autonomia, proporcionar ao aluno segurança na construção de sua identidade, visando à formação de cidadãos livres e emancipados. É com esse sentido que se vê a legitimidade da proposta do tema transversal Pluralidade Cultural como uma diretriz que pode promover, no âmbito da escola, a articulação entre educação, cidadania e diversidade étnico-racial.

#### **4.2 As relações raciais no Brasil**

No Brasil, as identidades raciais não estão polarizadas. O preconceito opera com a cor, a condição social, o nível de instrução, a aparência. A ambigüidade é um dos traços fundamentais de nossa cultura que apesar de certas situações “encobrir” o preconceito e a discriminação, em outros gera possibilidade de convivência e até uma certa rejeição contra o preconceito. Em nossa sociedade, a lógica das relações sociais é muito mais relacional do que orientada por princípios meritocráticos-liberais.

O preconceito racial e o racismo aqui no Brasil se manifestam no cotidiano das

relações pessoais, na mídia, nas empresas (quando dos processos de contratação, políticas de promoção e a tomada de decisão sobre as demissões), nas escolas e universidades (cotidiano escolar, no racismo em sala de aula, nos livros didáticos, nas estruturas curriculares), nas lojas, nas livrarias e bibliotecas, nos hospitais, clínicas médicas e postos de saúde, nos tribunais, nas delegacias, e nos processos eleitorais.

Nas escolas, o sistema educacional atual ainda é pouco atraente para os alunos afro-brasileiros porque o sistema de ensino não reconhece a realidade singular dos alunos negros e a série de problemas especialmente típicos que enfrentam como, por exemplo:

- A entrada precoce no mercado de trabalho;
- A baixa qualidade do ensino público, no qual se concentra a maioria dos estudantes afro-descendentes, que não contribui para promover a construção do conhecimento;
- Imposição de um conteúdo programático que não valoriza o universo dos afro-descendentes e, portanto, não estimula a elevação de sua auto-estima;
- A presença do racismo e do preconceito em sala de aula e no ambiente escolar, o que reduz o estímulo à continuidade dos estudos.

Mas, apesar de todo esse processo de racismo e preconceito de marca (fenótipo de cada pessoa) que enfrentamos em nosso país, começamos a enxergar uma luz no fim do túnel, que é a lei 10639/2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Isto significa o reconhecimento da importância da questão de combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades.

A Lei reconhece a escola como lugar da formação de cidadão e se afirma a relevância da mesma de promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.

Outro amparo que está crescendo são ações afirmativas, que são políticas de correção de desigualdades históricas raciais e sociais visando corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória.

### **4.3 O Currículo: a luta pela implementação da lei 10639/03**

Já se passaram nove anos desde a implantação da lei 10.639/03, que estabelece o ensino da história dos afrobrasileiros no currículo escolar de escolas públicas e particulares. A lei é uma conquista de um povo que clama por igualdade e muito respeito. E à implementação de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem somar às demandas do movimento negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, que se mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade e na educação escolar.

Apesar de tantas lutas, muitos ignoraram o processo histórico que deu origem a essa lei. De acordo com o texto “A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03 de Nilma Lino Gomes, encontra-se explicitado que muitos nem procuraram compreender o contexto dessa nova lei e já a criticavam. Que há até mesmo aqueles que a chamam de autoritarismo do Estado e, outros, de racismo às avessas. Mas, para além de opiniões precipitadas e preconceituosas sobre o tema, é importante refletir sobre o que essa lei representa no contexto das relações raciais no Brasil e, sobretudo, no momento em que as ações afirmativas começam a fazer parte do cenário nacional, extrapolando os fóruns da militância negra e dos pesquisadores interessados no tema.

A escola, como sabemos, viveu durante séculos absorvida por teorias racistas, como do pensamento de Gobineau, Nina Rodrigues. Fomos vítimas de pensamentos científicos, que queriam tornar os negros subalternos do povo brancos, procurando através de seus estudos mostrar-lhes a sua inferioridade. E mesmo agora está arraigado de preconceitos, encontrando ainda hoje resistência de secretarias

estaduais, municipais, escolas e professores em introduzir e promover a discussão étnico-racial, fazendo parte do currículo da escola. Entretanto, os professores, que em sua formação também não receberam preparo especial para o ensino da cultura africana e suas reais influências para a formação da identidade do nosso país, entram em conflito quanto à melhor maneira de trabalhar essa temática na escola.

A nossa matriz de conhecimento, que é o que chega às escolas, é essencialmente eurocêntrica. A gente estuda História da Europa, História dos Estados Unidos, e é isso que a gente reproduz, é isso que a gente tende a achar importante. Os outros Estados e aquilo que eles produziram os seus mitos, as suas crenças, para nós são descartáveis. De acordo com o texto lido,

“até hoje, nas imagens que são veiculadas sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e muito menos as de uma cidade moderna africana construída pelo próprio ex-colonizador. Geralmente, a África ainda é apresentada de forma dividida e reduzida, focalizando os aspectos negativos, como atraso, guerras "tribais", selva, fome, calamidades naturais, doenças endêmicas, Aids, etc” .( Munanga & Gomes, 2006).

A lei 10.639/03 apresenta aspectos muito positivas para mudança de postura ante a história; oportunidade de democratização igualitária da organização dos conteúdos que inclua o continente africano, trabalhando a diversidade e suas relações étnico raciais.

A partir dos desafios acima apontados, o plano de ação vem reforçar as diretrizes curriculares para Educação das Relações étnicos raciais. O projeto desenvolvido trata da formação da identidade das crianças do 1º ciclo, que busca a reflexão sobre suas origens, apresentando por meio de mapas, desenhos, filmes infantis o continente africano abordando questões que vão muito além da escravidão. A iniciativa valoriza o resgate da cultura do continente e da discussão de sua contribuição para a formação da identidade cultural brasileira. Durante o trabalho, os professores exploraram com os alunos a literatura africana, que se encontra no acervo da biblioteca da escola, incentivando a leitura. E fazem um estudo com os alunos da história do Brasil reportando à África.

## **5. INDICAÇÕES METODOLÓGICAS**

### **5.1 Caracterização da escola**

O Plano de Ação foi realizado na Escola Municipal Dora Tomich Laender, com 950 alunos distribuídos em 3 turnos, localizada em área urbana, situada na Rua Julita Nunes Lima, no bairro Minas Caixa, município de Belo Horizonte - MG e que atende ao ensino fundamental (1º ao 9º ano) . Como já referido, pretendeu-se, neste trabalho, compreender como os alunos e professores do Ensino Fundamental de uma escola pública, localizada no referido município, lidam com as diferenças étnico-raciais a partir da construção de uma identidade racial no ambiente escolar.

A escolha da escola se deu a partir do vínculo empregatício, da diversidade étnico-racial, dos diversos conflitos raciais apresentados naquele ambiente e da necessidade de intervenção em algumas práticas preconceituosas legitimadas naquela escola. A realidade socioeconômica da grande maioria dos alunos reflete em dois pontos importantes no ambiente escolar: dificuldade de aprendizagem e indisciplina gerada principalmente pela violência externa e ausência dos pais no desenvolvimento escolar dos filhos.

Constituíram sujeitos dessa pesquisa os professores e alunos do 1º e 2º ciclos do ensino fundamental do turno vespertino. A idade dos alunos varia de 6 a 9 anos. Todos os professores sujeitos desse plano possuem curso superior.

### **5.2 - Estratégias**

Para concretização do trabalho proposto, optamos por adotar uma pesquisa de natureza qualitativa, onde foram desenvolvidas variadas atividades abordando o continente africano, em sua localização, povos, culturas e artes. Fazendo sempre um entrelaçamento com a formação do povo brasileiro e suas contribuições para a constituição de nossa cultura e sociedade.

O foco do trabalho era aproveitar as comemorações do Dia Nacional da Consciência

Negra em 20 de novembro, e levar este tema para uma reflexão para dentro da escola por meio de um plano de ação capaz de atender a construção/reconstrução da identidade negra no espaço escolar.

As atividades do plano de ação foram desenvolvidas através de discussões, leitura, oficinas, confecção de cartazes, entre outras da seguinte forma:

I- Exibição de filme “ Kiriku e a feiticeira)

II- Conhecendo a África

III- A formação do povo brasileiro

I- Exibição de filme.

Utilizamos como instrumentos a exibição do filme “Kiriku e a feiticeira” e atividades sobre o continente africano. O filme foi exibido para as 8 turmas do turno em dias alternados . A partir do filme explorou-se por escrito questões ligadas ao contexto da história e oralmente explorou-se a localidade onde acontecia, como eram as personagens fisicamente, se existia alguma semelhança com o povo brasileiro, se já conhecia ou já ouviram falar sobre a África.

O filme mostrou um pouco da história da cultura africana passando esse conhecimento de forma clara, objetiva e de fácil linguagem, para que os alunos compreendessem fatos comuns da vida africana de modo a relacionar com a nossa própria cultura. Trata-se de um filme infantil, porém um filme que encanta a todos os públicos. A história se passa em uma tribo africana, onde as mulheres são caracterizadas tal como elas são. A música não existe apenas como trilha sonora, mas acontece como parte do dia-a-dia do povo. (batucam e improvisam, assim são as canções) e o protagonista da história é Kiriku, um garoto pequeno, mas muito inteligente e com dons especiais, que nasceu com a missão de salvar sua aldeia. A cruel feiticeira Karaba secou a fonte do lugar onde Kiriku mora com amigos e parentes e, possivelmente, comeu o pai e os tios do menino. Encontrando amigos e seres fantásticos pelo caminho, Kiriku vai resolver a situação. História baseada em uma lenda da África Ocidental.

Em todas as turmas em que foi exibido o filme “Kiriku e a Feiticeira”, houve uma receptividade muito boa. Sendo assim, a escola como uma das instituições que, muitas vezes, nega ou silencia as culturas de herança africanas das comunidades de jovens, seria de se estranhar a afinidade que os estudantes (provenientes da cultura afrobrasileira) tiveram com o filme de Ocelot. Mas, pelos relatos dos alunos, sobre o filme, percebeu-se que não houve negatividade. A maioria dos alunos escreveu detalhes do filme com precisão, o que acontece quando já estamos familiarizados com um acontecimento ou nos identificamos com as ações.

## II- Conhecendo a África

Mediante a discussão e dando continuidade ao plano de ação, o foco era “Conhecendo a África”. Agora mais sistematicamente, foi apresentado aos alunos o mapa mundi com os variados continentes, destacando o continente africano na sua importância para o mundo. Em seguida exploramos o mapa do continente africano, onde os alunos se debruçaram sobre o mesmo tentando reconhecer países que ouviram falar por intermédio da mídia e filmes. Neste período foi feito um estudo breve sobre o continente apresentando resumidamente sobre a agricultura, a pecuária e arquitetura.

Enquanto aconteciam as discussões em sala de aula, na biblioteca, no mês de novembro, foram feitas exposição de obras literárias e empréstimos de livros da cultura africana e afro-brasileira.

No pátio da escola foram confeccionados e afixados murais sobre a valorização e o respeito pela diversidade, personalidades negras no Brasil e sobre a consciência negra. Os murais fizeram uma conexão com o trabalho realizado em sala de aula interagindo com a temática em questão.

## III- A formação do povo brasileiro

O foco desta atividade era ampliar a reflexão acerca da temática, trabalhando com

textos e fazendo dinâmicas. Foram realizadas duas dinâmicas, em dias alternados, a primeira foi “Espelho Mágico”. Um espelho foi levado até a sala de aula para que cada aluno se mirasse ao espelho dizendo o que estava vendo (suas características físicas: cor da pele, tipo de cabelo, boca, etc.). No momento que o aluno estava falando as suas características, mesmo não estando de acordo, não se devia fazer nenhuma intervenção, pois neste momento respeitávamos a sua visão.

A segunda dinâmica foi o “Meu retrato”. Foram distribuídas aos alunos folhas com a reprodução de vários tipos de cabelos, rostos, bocas, narizes, olhos. E cada um montaria o seu auto-retrato. A maioria não se reconhecia como afro-descendentes principalmente com relação ao tipo de cabelo, negando-se a colocar cabelos crespos.

Foi levado para a sala o texto “Por que somos diferentes?” buscando refletir a formação do povo brasileiro, valorizando as influências africanas na cultura do Brasil, levando a buscarem em sua própria história de vida a sua identidade étnico-racial de modo a romper com a imagem negativa contra os negros e os afro-descendentes. A partir destas reflexões os alunos foram convidados a ir até o pátio da escola para evidenciarem, através dos murais afixados no pátio da escola, a importância da diversidade: personalidades negras, 20 de novembro, diversidade.

### **5.3 - Resultado do Plano de Ação**

Como o trabalho foi realizado a partir de atividades buscando a reflexão, o tratamento dos dados foi ancorado na observação. O campo de observação na Escola Municipal Dora Tomich Laender, inicialmente seria nas turmas do 3º ano do 1º ciclo, mas mediante apresentação do tema e obrigatoriedade da aplicação da lei 10.639/03, todas as oito turmas do turno da tarde da escola citada participaram do plano de ação. (cinco turmas do 1º ciclo e duas do 2º ciclo).

O plano de ação denominado como “Identidade racial no Ensino Fundamental” foi organizado com o intuito de estabelecer a obrigatoriedade da aplicação da Lei 10.639/03 no cotidiano da escola, com ações pontuais que vão além de uma mera

data comemorativa. É despertar na escola a importância de resgatar a cultura e a origem de um povo que forma significativamente a etnia da nação brasileira. E que as diferenças existem e que devemos respeitá-la e valorizá-la, buscando combater o racismo e o preconceito de cor/raça principalmente na escola.

Com base no campo de observação ficou evidenciado que o trabalho com o tema das relações étnico-raciais é urgente na escola, pois durante a aplicação do plano de ação a maioria das crianças negras se mostrou retraída e com vergonha de se declararem negras, se negando, demonstrando ainda não terem formado uma identidade racial sólida.

Detectamos que o racismo na escola ocorre entre os alunos sob a forma de apelidos, e entre os professores e alunos, a partir do momento em que há negação das tradições africanas e afro-descendentes no trabalho curricular da escola.

Outro ponto destacado é a falta de preparo e interesse de alguns profissionais em lidar com a temática. A maioria conhece a Lei superficialmente, não levando em consideração a importância sobre a História e a Cultura Afro-brasileira inserida no contexto escolar, fazendo parte da prática do currículo escolar.

Apesar dos pontos negativos evidenciados no campo de observação, o plano de ação proporcionou uma reflexão em alguns profissionais, pois através de ações simples (exibição de filme, discussão, atividades e cartazes) despertou nas pessoas envolvidas a necessidade de dar continuidade do trabalho, não somente em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra. Muitos professores em conversas informais relataram que não existia nenhum tipo de preconceito na escola e que todos eram respeitados em sua diversidade. Mas, por meio de relatos em sala de aula de alunos, a partir das discussões, presenciaram crianças se negando como negras, e assim se sentiram incomodadas com a situação e começaram a refletir se a escola não estaria reforçando o preconceito existente na sociedade.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Evidenciamos que as questões raciais têm sido pouco trabalhadas em sala de aula. Os docentes externaram fragilidade teórica no que se refere às relações raciais, não dominando conceitos básicos para promover a abordagem racial. Foi observado no decorrer do plano de ação que durante as entrevistas, houve uma preocupação excessiva dos docentes em demonstrar preocupação com as questões raciais e ao combate ao racismo, tentando passar uma boa impressão de suas atuações pedagógicas.

Essa preocupação revela o que denominamos de demagogia e/ou falácia pedagógica, que visa mascarar as debilidades promovendo uma falsa prática. Compreendemos que o docente tem o dever de buscar sua competência política e pedagógica. Entretanto, compreendemos também nitidamente que a atuação docente em reproduzir práticas racistas é o resultado da educação eurocêntrica e preconceituosa que tivemos.

Em vista disso, reconhecemos que a decisão de enfrentar o problema não recai somente sobre o docente, mas também sobre o Governo (Federal, Estadual e Municipal) em institucionalizar de fato uma educação anti-racista. Hoje temos a Lei Federal 10.639/03 que não está sendo implantada nas escolas pesquisadas e devemos lutar para reverter essa realidade.

Neste sentido, temos como principal resultado deste trabalho de pesquisa e ação pedagógica que as crianças negras da escola já referida não têm sua identidade racial promovida, ou seja, há, indubitavelmente, uma ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar. E somos conhecedores de que esse quadro só irá se reverter quando a comunidade escolar reconhecer, de fato, que o ambiente escolar é racista e discriminador e, que a partir daí possa promover ações de forma articulada e planejada para colocar um fim nesta triste e desumana realidade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANCIO, Iris. **África para crianças**: Histórias e culturas africanas na educação infantil – Belo Horizonte: Nandyala, 2007 – Coleção Afrocult, volume 1.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – temas Transversais: pluralidade cultural, orientação sexual. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo : EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: MOREIRA, A.F. e CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes. P. 67-89. 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Revista da Faculdade de Educação (USP). Desigualdades raciais na escola. São Paulo, SP, v.29, n.1, p. 167-182, jan/jun. 2003.

KIRIKOU ET AL Sorciè. Direção: Michel Ocelot. França, Bélgica, Luxemburgo: 1998. 1 DVD (74 min), son., dubl., color.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita de Laço de Fita**. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo Global, 2006.

Revista Nova Escola – A Revista do Professor – **A questão racial na escola**, p.46-51, 2004.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das relações étnico raciais: Pensando referenciais para a organização da prática pedagógica** – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro**. Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar. – Belo Horizonte: Mazza Edições. Nzinga Coletivo de Mulheres Negras.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SYLVIANE, A. Diouf. **As tranças de Bintou**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

## 8. ANEXOS

### ATIVIDADES REALIZADAS NO DECORRER DO PLANO DE AÇÃO

#### I - Exibição do filme “Kiriku e a feiticeira”



Alunos do 1º ciclo.



Alunos do 1º ciclo



Alunos do 1º ciclo

## II- Conhecendo a África



**Alunos do 1º ciclo**



**Alunos do 1º ciclo**



Alunos do 2º ciclo

### III- A formação do povo brasileiro



Alunos do 1º ciclo



## MURAIIS FIXADOS NO PÁTIO DA ESCOLA



